



# Anais da Assembléia

Nº 190

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**

1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**

2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**

1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**

2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**

3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**

4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN .....	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL .....	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT .....	Deputado PAULO MAIA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT .....	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST .....	Deputado GERALDO CARTÁRIO

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dullio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Omário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emari Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (•) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO**  
**REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 1992**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fre-gones, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Namir Piacentini, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Albino Corazza, Carlos Simões e Nelson Justus (04). Achando-se em licença o Senhor Deputado Doutor Rosinha (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofício:**

**OFÍCIO**

Sob os nºs 363 e 364/92, do Senhor Governador do Estado, restituindo os Projetos de Lei nºs 147/92 e 149/92. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob os nºs DTL/SAT/341, 359 e 360/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente os Projetos de Lei nº 217/92, 274/92 e 239/92, por

julgá-los contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº DTL/SAT/340/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 212/92, pelo simples fato de ter havido equívoco em sua redação, pois conforme informações da Secretaria de Estado da Saúde, o hospital objeto da pretendida medida não tem a denominação apontada e nem é aquele cuja transferência seria viável. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2138**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.12.92

(a) ADEMAR TRAIANO

**REQUERIMENTO Nº 2139**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o adiamento por (10) dez sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 605/91 (Mensagem nº 151/91 item 03), de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 22.12.92

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 2132**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem, dia 21 do ilustre Dr. Antonio J. Marques, residente em Arapongas há mais de quarenta anos. Médico e pecuarista, fundador da Associação Médica de Arapongas, da qual foi seu presidente, também destacou-se por sua atuação no Rotary Club, que dirigiu com raro brilho.

Gozava de grande respeito e popularidade na cidade, atendendo com rara dedicação seus paciente independentemente da posição social que desfrutavam.

Exerceu o cargo de Diretor Clínico da Santa Casa de Misericórdia de Arapongas e fez parte do corpo clínico do Hospital

Nossa Senhora de Lourdes.

Casado com Dona Marília Augusta Coelho Marques, deixou os filhos: Dr. Paulo Roberto, Luiz Antonio, Francisco Augusto, Iracema e Márcia.

Sala das Sessões, em 22.12.92

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 2129

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Londrina Esporte Clube pela conquista do Campeonato Estadual do corrente ano.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à Diretoria do Clube retro mencionado no seguinte endereço: Av. Jorge Casoni, nº 1900, na Cidade de Londrina no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.12.92

(a) DOMINGOS CARVALHO

Apoio: Emília Belinati e Heinz Herwig.

JUSTIFICATIVA:

No dia 19 de dezembro de 1992, o Londrina Esporte Clube, conquistou o Campeonato Paranaense de Futebol, fato que ensejou uma imensa alegria à comunidade londrinense e região.

REQUERIMENTO Nº 2136

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado votos de congratulações ao Senhor Sebastião Cavagnolli - MD. Prefeito Municipal de Morretes, o qual está terminando sua gestão neste ano de 1992.

Sala das Sessões, em 22.12.92

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido prende-se ao fato de que este ilustre Prefeito, cumpriu nobremente, com muito esforço e trabalho os seus compromissos eleitorais, honrando com grande nobreza a outorgação que o Município de Morretes lhe concedeu no ano de 1988, conforme documentação.

Meus sinceros cumprimentos ao Senhor Sebastião Cavagnolli.

REQUERIMENTO Nº 2135

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Dr. Renato Pedrosa, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitação para que, através da Comissão Permanente de Organização de Divisão Judi-

ciária, seja qualificado em Distrito Judiciário o Distrito Administrativo de São Roque, criado no Município de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 22.12.92

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de São Roque está aproximadamente 30 Km da Sede da Comarca de Santa Helena - PR, sendo que a região está ligada somente por uma via asfáltica, e as localidades da região de Missal estão a longos 45 km da Sede da Comarca. São Roque e a região requerente se tornam um pólo que busca todos os recursos, destacando-se a saúde, a educação e o comércio em geral.

São Roque e região compreende as seguintes localidades: Santa Terezinha, Santa Clara, São Miguel, Morenã, Esquina Rosa, I.B.C. e São Braz. A região possui cerca de 2.100 eleitores, e aproximadamente 5.000 habitantes, por isso se faz necessário ser criado o Distrito Judiciário para melhor atender as necessidades da população de São Roque e região.

Projetos de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 011/92

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A remuneração do Governador do Estado, para o exercício de 1993, fica fixado no valor da remuneração do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, acrescida de 20% (vinte por cento) a título de ajuda de custo;

Art. 2º - A remuneração do vice-Governador do Estado, para o exercício de 1993, fica fixada no valor da remuneração do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, acrescida de 15% (quinze por cento) a título de ajuda de custo;

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de primeiro de janeiro de 1993.

Sala das Sessões, em 22.12.92

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Luiz Carlos Martins e Antônio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente Decreto Legislativo é cumprir o disposto no art. 54, inciso VIII da Carta Estadual, que determina:

"art. 54 - Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

VIII - fixar, para cada exercício financeiro, a remuneração do Governador e

vice-Governador do Estado;"

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 012/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Gratificação de Representação pelo exercício do cargo de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A gratificação que trata o "caput" deste artigo, corresponderá ao valor do subsídio pago aos Deputados Estaduais.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 15 de fevereiro de 1993.

Sala das Sessões, em 22.12.92

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A grande maioria das Assembléias Legislativas concedem aos seus Presidentes uma gratificação em função do cargo de representação que eles exercem. Gratificação esta que também é paga aos chefes dos outros poderes.

Com esta proposição não se está inovando nada, mas apenas copiando-se aquilo que já existe na maioria dos Poderes Legislativos do País.

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

Encontra-se nas dependências do Poder Legislativo o Sr. Namir Piacentini, suplente de Deputado que deverá prestar compromisso regimental para assumir o cargo de Deputado Estadual na vaga deixada pela renúncia do Sr. Deputado Rafael Greca de Macedo.

Convido os Srs. Deputados Paulo Maia e João Iensen para trazerem até a Mesa o nobre Deputado Namir Piacentini para a prestação do compromisso Constitucional.

Convido os Srs. Deputados para de pé ouvirmos o juramento do Deputado Namir Piacentini.

O SR. NAMIR PIACENTINI - "Prometo guardar a Constituição Federal e a Estadual, desempenhar lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promover o bem do nosso Estado". PALMAS.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência declara empossado no cargo de Deputado Estadual Dr. Namir Piacentini, convido-o a tomar assento na Bancada do PDT nesta Casa de Leis.

O SR. PAULO MAIA - Pela ordem, Senhor Presidente. (Assentimento).  
Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Curitiba, terça, em 22.12.92

em nome da Bancada do Partido Democrático Trabalhista, nós queremos aqui render as nossas homenagens e, com certeza, as boas vindas ao Deputado Namir Piacentini que se somará aos trabalhos desta Assembléia assim como aos trabalhos da sua Bancada em prol dos interesses do Paraná. A este companheiro as boas-vindas da Bancada do PDT nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente e Senhores Deputados, também em nome da Bancada do PMDB nós damos as boas-vindas ao Nobre Deputado Namir Piacentini que traz a esta Casa a sua experiência já de Deputado que foi, a sua experiência de empresário, de homem público e, integrado agora a Bancada do PDT, certamente dará a sua contribuição de desenvolvimento econômico, social e político ao povo do Paraná.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós também ocupamos a tribuna na tarde de hoje para trazer ao conhecimento da Casa matéria publicada no jornal "O GLOBO" do Rio de Janeiro com data desta terça-feira, 22 de dezembro de 1992, com o título: "Auditoria Descobre na Caixa Econômica Federal Fraudes de Setecentos e Trinta Bilhões de Cruzeiros".

Desde o início deste ano tem sido discutida nesta Casa, tem sido debatida desta tribuna as elevadas quantias que a Caixa Econômica destinava para construção de casas populares e tem sido denunciado também que essas casas eram as mais caras de toda a história do País. E hoje esta auditoria trazida a público pelo jornal "O Globo" do Rio de Janeiro diz o seguinte:

"A atual diretoria da Caixa Econômica Federal realizou levantamento das operações realizadas do ano passado e, entre as várias irregularidades detectadas, constatou que apenas em obras superfaturadas do Paraná em habitações populares a Caixa Econômica foi lesada em cem milhões de UPF's, que correspondem hoje a setecentos e trinta bilhões de cruzeiros..."

E lamentável, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que o nome do Paraná esteja nas manchetes dos jornais do País dizendo que a Caixa Econômica em obras superfaturadas lesou a instituição em valores de setecentos e trinta bilhões de cruzeiros aos preços de hoje.

E prossegue a nota:

"... Técnicos do Departamento Jurídico da Caixa seguem na próxima semana para Curitiba onde terão encontro com as empreiteiras envolvidas na fraude.

Caso elas não concordem em reparar os prejuízos causados a Diretoria da Caixa,

vai acioná-las judicialmente.

O Presidente Itamar Franco ficou impressionado com o relato das irregularidades, feito pelo Presidente da Caixa Danilo de Castro. O Senador e Líder do Governo, Pedro Simon, PMDB do Rio Grande do Sul, segundo fontes presentes na reunião, teria deixado escapar uma exclamação já no meio do relato de Castro e disse Pedro Simon "Não sou revanchista, mas isto não pode ficar assim".

O Presidente Itamar Franco, por sua vez determinou que as investigações prosseguissem para que fossem tomadas providências que não só combatam a corrupção, mas que proporcionem também, tanto quanto possível, o ressarcimento dos prejuízos.

A ordem de Itamar foi obedecida rigorosamente. Já nesta semana a Diretoria da Caixa começou a demitir funcionários e descredenciar advogados e engenheiros envolvidos com o superfaturamento das obras do Paraná.

Para o Paraná também foram direcionados altos empréstimos que não poderiam ter sido concedidos, segundo as fontes, porque os beneficiários eram inadimplentes para com a própria Caixa. O fato configura-se então como privilégio, já que uma das condições para concessão de novos empréstimos é que não existam débitos anteriores. Mas a coisa não fica só no Paraná, embora no Paraná chega aqui a ser manchete nacional, também o direcionamento de aplicações para operações diversas demonstrou claro também privilégio para Pernambuco, Estado de origem do anterior Presidente da Caixa.

A injeção de recursos que o Governo Itamar pretende dar a Caixa Econômica Federal, para execução do Plano de Habitação Popular, orçado em 2,5 bilhões de dólares, poderá ser utilizado como capital de giro e ajudar a instituição a sair da situação que segundo fontes presentes na reunião do Planalto foi classificada por Danilo de Castro como a pior de toda a vida da Caixa Econômica.

É importante, Sr. Presidente, Srs. Deputados que o Governo Itamar realmente destine 2,5 bilhões de dólares para nós incrementarmos o setor da construção civil para que haja neste País a efetiva retomada do crescimento, porque este País não aguenta mais continuar na atual recessão, que já não é mais uma recessão, chega a ser uma depressão econômica, dado a grande quantidade de desempregados que existem neste País atualmente.

O nosso produto interno bruto, não tem crescido nos últimos anos e conseqüentemente não temos gerado novas oportunidades de trabalho para o povo brasileiro.

Então é importante que além do Setor da Construção Civil, o Governo desperte também para nós retomarmos o crescimento

na agricultura, nas atividades do comércio e também nos setores da indústria de transformação, para que nós possamos retomar este crescimento e criar um novo ânimo neste País.

Quanto a Caixa Econômica, é importante realmente que os culpados por esta fraude de 730 bilhões de cruzeiros sejam responsabilizados, inclusive com os seus bens particulares, e os cofres públicos sejam reembolsados pelo desvio deste dinheiro.

E este o meu registro, Sr. Presidente, Srs. Deputados que queríamos fazer nesta tarde de hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Ernani Pudell com a palavra.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Nós queremos registrar desta tribuna hoje a passagem do terceiro ano da morte de Chico Mendes no Acre.

O assassinato de Chico Mendes é certamente uma atitude que, de certa forma, sintetiza a visão e o trato que as elites brasileiras dispensam às camadas populares. Chico Mendes foi um revolucionário do seu tempo. Com a lucidez de um cidadão simples, seringueiro, que habitava as florestas da Amazônia, conseguiu compreender o seu papel como cidadão, como homem, como integrante de uma determinada classe política. Ele foi capaz de forjar uma aliança inédita entre os seringueiros e entre os povos indígenas da floresta para a proteção da mata. Foi revolucionário, porque muito mais que a simples proteção da mata, numa visão ecológica de quem pretende simplesmente contemplar a natureza, Chico Mendes compreendeu que era possível ter uma política que ao mesmo tempo preservasse a fauna, a flora, as riquezas naturais da Amazônia e que pudesse também servir como base de sustento econômico de uma grande comunidade, de uma grande camada de trabalhadores e de povos indígenas. A integração entre o homem e a natureza foi a grande luta de Chico Mendes.

Todavia Chico Mendes, como os demais seringueiros e os povos indígenas na floresta, teve que enfrentar a ganância daqueles que têm uma visão de que tudo nesta vida se subordina aos interesses econômicos de uma pequena elite. Até mesmo os direitos e a vida de populações não têm qualquer valor se elas se opuserem à possibilidade de aumento da riqueza e de aumento do patrimônio pessoal de alguns poucos.

Esta elite a que me refiro é, certamente, a elite mais reacionária, mais retrógrada, a que mais tem contribuído para o subdesenvolvimento deste País, que é o

grande latifúndio e que infelizmente a sociedade brasileira após 500 anos de descobrimento ainda não acertou contas com esta classe. Enquanto todos os países desenvolvidos do mundo há fizeram a sua reforma agrária, já submeteram os interesses do latifúndio aos interesses da nação, aos interesses do povo trabalhador e aos interesses da proteção ambiental, aqui no Brasil esta pequena minoria dos latifúndios detêm um poder político, um poder econômico descomunal. E mais do que isso: estão sempre acobertados pelo manto da impunidade, que nunca consegue colocar as mãos sobre eles, quando cometem violências.

Violências, aliás, que nós registramos no Paraná, esta semana, no município de Pinhão. Dois trabalhadores violentamente agredidos, estão gravemente feridos, exatamente pelas disputas pela posse da terra.

Chico Mendes jamais morrerá. Porque Chico Mendes não era apenas uma pessoa, um ser humano. Ele era uma luz. Chico Mendes era o exemplo de idéias, o exemplo de um homem que soube lutar com dignidade pelo seu povo, pela sua gente. E que teve o reconhecimento internacional pelo seu trabalho. Mas, que infelizmente, tombou sob as balas traiçoeiras e assassinas daqueles que não sabem o que significa a palavra solidariedade, amor ao próximo e respeito ao semelhante.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de decreto legislativo, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de decreto legislativo, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### VOTAÇÃO EM

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 437/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 154/92, objetiva

acrescentar parágrafos ao Art. 11, da Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991 (Criação de Municípios). Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J..

Sobre o referido projeto, emendas em nº de 04 (quatro), de autoria de vários Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 437/92 EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO

Artigo Único - O Projeto de Lei em tela, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - Ao Art. 11, da Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991, ficam acrescentados os seguintes parágrafos:

§ 1º - A Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, compete proceder à avaliação e divisão do ativo imobilizado de veículos, máquinas, equipamentos e acessórios, proporcionalmente à malha viária urbana e rural do município de origem e do município criado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da instalação deste.

§ 2º - A divisão a que se refere o parágrafo anterior será ratificada através de decreto do Prefeito, com o que se transferirá a posse dos bens referidos, cabendo ao município criado arcar com os encargos financeiros provenientes da aquisição dos bens, que porventura onerem os mesmos.

§ 3º - A dívida ativa referente a propriedades localizadas no município criado, passarão a se constituir em crédito deste, ao qual fica atribuída, a partir da data de sua instalação, competência exclusiva para a sua cobrança e expedição de certidões negativas.

§ 4º - Para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, a Prefeitura do município originário transferirá, dentro do prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data de instalação do novo município, o cadastro imobiliário referente à área deste.

Art. 2º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Sala das Sessões, em 22.12.92.

(a) GERALDO CARTARIO

Apoio: Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Domingos Carvalho, Toti Colação e Eurides Moura.

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 437/92. EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, DE PLENÁRIO, DE Nº 01,

Artigo Único - O projeto de lei em tela passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - Ao Art. 11, da Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991,

ficam acrescidos os seguintes parágrafos:

§ 1º - A Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, compete proceder à avaliação e divisão do ativo imobilizado de veículos, máquinas, equipamentos e seus acessórios, proporcionalmente à malha viária urbana e rural do município de origem e do município criado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da instalação deste.

§ 2º - O município que teve seu território desmembrado em um ou mais municípios, não perderá mais do que 30% (trinta por cento) do seu ativo imobilizado.

§ 3º - A divisão a que se refere o § 1º deste artigo será ratificada através de decreto do prefeito do município de origem, com o que se transferirá a posse dos bens referidos, cabendo ao município criado arcar com os encargos financeiros provenientes da aquisição dos bens que porventura onerem a estes.

§ 4º - A dívida ativa referente a propriedades localizadas no município criado passará a se constituir em crédito deste, ao qual fica atribuída, a partir da data de sua instalação, competência exclusiva para a cobrança e expedição de certidões negativas.

§ 5º - Para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, a prefeitura do município de origem transferirá, dentro do prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da data de instalação do novo município, o cadastro imobiliário referente à área deste.

Art. 2º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Sala das Sessões, em 23.12.92.

(aa) GERALDO CARTARIO

CEZAR SILVESTRI

NELSON JUSTUS

Apoio: Rossoni, Severino Félix, Nelson Garcia e Orlando Pessuti.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENARIO, DE Nº 02

Inclua-se, onde couber:

Art. ... - O maquinário cedido em regime de comodato pelo Estado às Prefeituras Municipais até 03 de outubro último, permanecerão definitivamente com os municípios.

Sala das Sessões, em 23.12.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoio: Plauto Miró Guimarães, Rossoni, Algaci Túlio, Basílio Zanusso, Nelson Justus, Heinz Herwig, Colombino Grassano, Ovídio Constantino, Cezar Silvestri e Paulo Maia.

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 437/92

EMENDA ADITIVA DE PLENARIO,  
DE Nº 02, AO SUBSTITUTIVO

Inclua-se no Projeto de Lei Complementar nº 437/92, oriundo da Mensagem Governamental nº 154/92, com a seguinte redação:

Art. ... - Ficam vedadas as transferências dos ativos imobilizados a que se refere o artigo 11, e seus parágrafos, desde que procedidas em desacordo com as disposições nele contidas.

Parágrafo Único - Os efeitos do disposto neste artigo operam retroativamente, desde o início do exercício do ano de 1992.

Sala das Sessões, em 23.12.92.

(aa) NELSON JUSTUS

GERALDO CARTARIO

Apoio: Rossoni, Antônio Annibelli, Edson Silva Lino, Toti Colaço e Elio Rusch.

**Aprovado.**

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Peço verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. BASILIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, antes que Vossa Excelência determine a chamada nominal, eu pergunto se o projeto de lei complementar, nele foram apresentadas emendas?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foram apresentadas e serão apreciadas em 2ª discussão.

O SR. BASILIO ZANUSSO - Então, Vossa Excelência está colocando em votação o projeto, em 1ª ou 2ª discussão?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 1ª discussão.

O Senhor 1º Secretário vai proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETARIO (João Arruda) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à chamada nominal 38 (trinta e oito) Senhores Deputados.

Vou submeter a votos o Projeto de Lei Complementar nº 437/92. Serão necessários para aprovação do projeto maioria absoluta - 28 Senhores Deputados.

Senhores Deputados que aprovam o projeto conservem-se como estão. **APROVADO.**

O SR. PAULO MAIA - Requeiro verificação de votação Senhor Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou submeter a votos. Senhores Deputados que aprovam o projeto de lei complementar queiram levantar-se - 28 votos favoráveis. Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se - **Aprovado o projeto de lei por maioria absoluta.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 152/92, fixa, a partir de 1º de janeiro de 1993, os níveis de vencimentos dos professores regionalistas e sem habilitação, integrantes do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 605/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 151/91, autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval, ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades de Administração Direta e Indireta do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. MENSAGEM 140/92, ADITANDO NOVO TEXTO AO PROJETO DE LEI. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.

PROJETO DE LEI Nº 605/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e obedecidas as respectivas regulamentações de forma a atender a despesas de capital programadas em atividades e projetos contidos nos orçamentos anuais e plano plurianual do período de 1992 a 1995.

Parágrafo Único - Para efetivação das operações de crédito e garantias previstas neste artigo, poderá o Poder Executivo vincular às quotas partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto nos artigos 157 e 159 da Constituição Federal, observadas as suas vinculações.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.12.92

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 605/91

**P A R E C E R:**

Oriundo da Mensagem Governamental nº 151/91, o projeto de lei em questão objetiva estabelecer limites autorizativos para contratação de empréstimos, obtenção de financiamentos internos pelo tesouro estadual e para concessão de garantias e prestação de aval ou fiança a operações contratadas pela administração indireta estadual.

No que esta comissão é chamada a opinar, entendemos que a matéria atende aos requisitos de ordem constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua apreciação pelo Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.12.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
JOSE TAVARES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 605/91

**P A R E C E R:**

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 151/91, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval, ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado.

A medida proposta recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.12.91

(a) DURVAL AMARAL - Presidente  
ALCEU SWAROWSKI - Relator

PROJETO DE LEI Nº 605/92  
EMENDA SUBSTITUTIVA AO ARTIGO 1º

Substitua-se o artigo 1º pelo seguinte:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito, bem como, prestar fiança, aval, ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e obedecidas as respectivas regulamentações de forma a atender a despesas de capital programadas em atividades e projetos contidos nos orçamentos anuais e plano plurianual do período de 1992 e 1993".

Sala das Sessões, em 22.04.92



(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: João Arruda, Dalton Machuca,  
Ademar Traiano, Heinz Herwig.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 605/92

EMENDA SUBSTITUTIVA

P A R E C E R:

A referida emenda objetiva restringir aos orçamentos de 1992 e 1993 a possibilidade de autorizar o Poder Executivo a contratar operações de crédito, prestar avais, fianças, garantias e contragarantias em empréstimos feitos a entidades sob sua administração.

Mesmo externando preocupação quanto aos efeitos do teor original do referido Projeto de Lei nº 605/91, oriundo da Mensagem nº 151/91 do Poder Executivo, entendemos que a iniciativa da emenda não altera o seu mérito e forma, nada havendo, assim, sob os aspectos constitucional, legal e regimental, que obste a sua apreciação pelo Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

## ANTEPROJETO DE LEI Nº 605/91

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval, ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e obedecidas as respectivas regulamentações de forma a atender a despesas de capital programadas em atividades e projetos contidos nos orçamentos anuais e plano plurianual do período de 1992 a 1995.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar financiamentos, bem como prestar garantia junto à União, destinados à liquidação de compromissos originados de empréstimos obtidos junto a credores estrangeiros, de responsabilidade da Administração Direta Estadual e/ou órgãos da Administração Indireta.

Parágrafo Único - Nos financiamentos de que trata o "caput" deste artigo, limitados aos valores da dívida externa vencida e vincenda, serão observadas as mesmas condições obtidas nos acordos de renegociação firmados pela União com os credores estrangeiros.

Art. 3º - Para efetivação das operações de crédito e garantias previstas nos artigos anteriores, poderá o Poder Executivo vincular as quotas partes dos recur-

sos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto nos artigos 157 e 159 da Constituição Federal, observadas as suas vinculações.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.92

(a) PODER EXECUTIVO

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 605/91

Autor: Poder Executivo

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 605/91, em sua nova redação dada pela Mensagem nº 140/92, adequa a autorização ao Poder Executivo a prestar fiança, aval e outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos à Resolução nº 20, de 20 de junho de 1991, do Senado Federal.

Nos termos estritos de competência desta Comissão, não encontramos óbices a sua normal tramitação e aprovação nesta Assembleia Legislativa.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

EMÍLIA BELINATI - Relatora

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando adiamento de discussão e votação por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 605/91. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 605/91.

Sobre a mesa, requerimento de nº 2132, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2135, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2138, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2128-F, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem) - Só gostaria de registrar aqui hoje o aniversário do nosso companheiro, nosso jovem amigo Neivo Beraldin que está fazendo aniversário nesta data.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Parabéns ao Deputado Neivo Beraldin.

Suspendo a sessão por 10 minutos a fim de que os Senhores Líderes e Presidentes das Comissões possam, após esses 10 minutos, oferecer à Mesa os projetos que tenham condições de figurar na Ordem do Dia para as sessões de amanhã.

Está suspensa a sessão.

Está reaberta a sessão.

Requerimento de nº 2129, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, com apoio dos Senhores Deputados Emilia Belinati e Heinz Herwig, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2136, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 437/92; e do Projeto de Lei nº 068/92.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 153, 354, 356 e 430/92; e dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 11 e 12/92.

Levanta-se a sessão.